FORMULÁRIO DE COMENTÁRIOS E SUGESTÕES



AUDIÊNCIA PÚBLICA N° 17/2014 – 10/11/2014

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Audiência pública da minuta de resolução que visa estabelece a obrigatoriedade de formação de estoque pelo produtor e distribuidor de GLP. | | | |
| AGENTE | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
| **COPAGAZ** | **Art. 4º** | Alterar a unidade de medição do GLP de metro cubico (m³) para tonelada (ton) nas definições de EminimoP , CP e EsmP conforme segue:  *(...)*  *EmínimoP: estoque mínimo requerido, em* ***ton****, a ser mantido pelo produtor, no mês corrente do ano atual e por local de manutenção de estoques;*  *CP: volume de GLP, em* ***ton (tonelada)****, comercializado entre produtores de GLP e distribuidores de GLP, de acordo com as informações declaradas no "Demonstrativo de Produção e Movimentação de Produtos - DPMP", nos termos da Resolução ANP nº*[*17*](http://nxt.anp.gov.br/NXT/gateway.dll/leg/resolucoes_anp/NXT/gateway.dll?f=id$id=RANP%2017%20-%202004)*, de 31 de agosto de 2004, no mês corrente do ano anterior, por unidade(s) federada(s). A Coluna B da Tabela 1 discrimina as unidades federadas que serão consideradas para a totalização do volume comercializado; e*  *(...)*  *EsmP: estoque semanal médio de GLP em cada semana do mês corrente do ano atual, em* ***ton (tonelada)****, a ser mantido nos locais especificados na Coluna A da Tabela 1;*  *(...)* | Todo o processo de faturamento e recebimento do GLP da Petrobras é calculado e transformado de m³ para toneladas.  Com relação ao Distribuidor de GLP, todos os controles de estoques e vendas são mantidos em toneladas, sendo inviável a transformação da massa em m³, devido a uma quantidade de variáveis para que o mesmo possa ser atendido na sua exatidão, tornando esta medição inaplicável e pouco usual para o GLP. |
| **COPAGAZ** | **Art. 4º,**  **Tabela 2** | Alterar o Estado do TO para a Região Centro Oeste e corrigir erro de KP  T*abela 2 - Estoque do Distribuidor de GLP*   |  |  |  |  |  | | --- | --- | --- | --- | --- | | *Coluna A* | | *Coluna B* | | *Coluna C* | | *Local de manutenção de estoques(1)* | | *Unidade Federada (UF)(2)* | | *KD (dias)* | | *1* | *Unidades Federadas da Região Norte* | | *AC, AM, RO, RR, PA, AP* | *6* | | *2* | *Unidades Federadas da Região Nordeste* | | *BA, SE, AL, PE, PB, RN, CE, PI e MA* | *5* | | *3* | *Unidades Federadas da Região Centro-Oeste e Sudeste* | | *ES, MG, MS, MT, RJ, SP, DF, GO e* ***TO*** | *3* | | *4* | *Unidades Federadas da Região Sul* | | *PR, SC e RS* | *3* |   *(...)* | No Estado do Tocantins não há base de engarrafamento de GLP e o atendimento desta região, na sua maioria, ou realizada através dos Estados localizados no Centro-Oeste, principalmente Goias e DF, ou então pelos Estados do Nordeste, especialmente Maranhã.  Assim, incluir a necessidade de estoque do TO na região Norte é excluir “players” desse mercado que, ao não terem atuação no N, fazem o abastecimento desse Estado através da região NO e CO. Por isso, fica prejudicado o atendimento desta resolução caso TO não seja modificada de região.  No caso da Copagaz por exemplo, que não tem atuação e nenhuma base operacional na Região Norte, não há condições viáveis de atendimento da Resolução para continuar a abastecer o Estado de TO. |
| **COPAGAZ** | **Art. 7º** | Incluir o parágrafo único:  ***Parágrafo único. Em caso de desabastecimento por parte do produtor/importador o Distribuidor de GLP fica desobrigado de cumprir com o estoque mínimo, devendo comunicar o fato à ANP.*** | A Resolução não deixa clara qual será a condição para não infringir esta nova norma quando houver uma falha de entrega de exclusiva responsabilidade do produtor, seja motivado por problemas operacionais, nacionalização de produto e etc, e que dificulta ou impeça a manutenção do estoque no distribuidor de acordo com a Resolução.  Assim, entendemos que deve haver previsão de uma condição na qual o Distribuidor de GLP fique isento de quaisquer sansões previstas na resolução no período que persistir a oferta menor do produto que o previsto por parte do produtor.  Vale ressaltar que a avaliação das falhas de entrega do produtor deve ser considerada para as mesmas regiões prevista na Resolução. |
| **COPAGAZ** | **Art. 8º** | Deixar claro que as informações a serem remetidas referem ao mês anterior a remessa:  *Art. 8º. Os produtores e os distribuidores de GLP deverão enviar à ANP, mensalmente, por meio do e-mail* [*estoquesglp@anp.gov.br*](mailto:estoques@anp.gov.br) *ou de sistema eletrônico a ser disponibilizado, as informações de estoques semanais* ***do mês anterior****, por local de manutenção, até o décimo dia do mês* ***subsequente****, ou primeiro dia útil subsequente, conforme modelo disponível no endereço eletrônico* [*www.anp.gov.br*](http://www.anp.gov.br)*.* | Necessidade de deixar de forma mais clara e objetiva a metodologia de envio da informação, pois o texto original causou algumas dúvidas.  Assim, a interpretação é que apesar das informações serem segregadas em semanas, a remessa dessas informações seria mensal e se reportariam ao mês anterior a remessa das informações. Caso realmente este seja o desejo da ANP, a redação ora proposta detém a intenção de deixar sem dúvidas sobre esse procedimento. |
| **COPAGAZ** | **Art. 9º** | Incluir o parágrafo único:  ***Parágrafo único. Os Distribuidores de GLP que se encontram nas situações do artigo 5º, §§2º e 3º observarão os prazos definidos nestes parágrafos para atendimento desta Resolução.*** | Talvez esta situação seja a real intenção da ANP ao dispor os prazos nos §§ 2º e 3º do artigo 5º, contudo, diante da redação do artigo 9º que concede somente 120 dias para o Distribuidor de GLP se adaptar a Resolução, consideramos essencial por uma questão de logística temporal que a Resolução não fosse aplicada em 120 dias para os casos dos §§ 2º 3º do artigo 5º, deixando claríssima essa posição para não gerar dúvidas sobre a correta obrigação.  Assim, se uma instalação não detiver armazenagem possível de cumprir com os estoques mínimos, havendo a necessidade de adequação, levará tempo para encontrar uma solução pertinente, seja aumento de tancagem, seja aumento de área / terreno para aumento de tancagem, seja tentativa de arrendamento de cessão de espaço com terceiros etc.  Ainda, caso o distribuidor não possuir capacidade operacional de manutenção do estoque mínimo, faz necessário esses prazos para que sejam alocados os investimentos com a finalidade de adequação e cumprimento da resolução, principalmente quando não houve intenção de locação ou cessão de espaço do produtor ou de outros distribuidores, não onerando os custos operacionais.  Por fim, como é de notório conhecimento, todas essas adequações exigem autorizações de diversos órgãos públicos, que detém procedimentos próprios que demanda tempo para sua obtenção,  Assim, sendo improvável a execução e finalização de todo esse processo de adaptação de uma instalação para que esteja apta a estocar o volume mínimo em 120 dias, a utilização dos prazos previstos nos §§ 2º 3º do artigo 5º prazo para cumprimento desta resolução para as instalações sem condições de estoque mínimo é essencial. |
| **PETROBRAS** | Art. 10 | Incluir Parágrafo Único: Em caso de parada não  programada de unidade de produção do PRODUTOR, caso  fortuito ou força maior, a obrigatoriedade de manutenção  de estoques mínimos fica suspensa para aquela região. | Esta inclusão viabiliza o abastecimento do mercado  mesmo em casos de força maior ou paradas nãoprogramadas  que afetem os produtores, pois, de outro  modo, o produtor que sofresse com tais eventos  acabaria tendo que protocolizar justificativa junto a ANP  para garantir o abastecimento do mercado com seu  estoque, a fim de não descumprir a resolução e evitar as  penalidades aplicáveis. Tal conduta contrariaria os objetivos da resolução, que é garantir o abastecimento |
| **SINDIGÁS** | **CONSIDERANDO - INSERÇÃO** | ***Considerando que, nos últimos anos eventos de diversas naturezas afetaram os fluxos do GLP, implicando em medidas emergenciais de contingenciamento direcionadas a corrigir as falhas e garantir o abastecimento;***  ***Considerando que essas medidas produziram resultados efetivos, mas há expedientes de natureza regulatória que podem aprimorar tais resultados;*** | A constituição e manutenção de estoques adicionais de GLP não nos parece a medida mais eficiente, e, por outro lado, cálculos de custo-benefício indicam que se trata de uma aparente solução de alto custo de implementação e manutenção.  Todos estes fundamentos constam dos materiais adicionais desta Consulta Pública: Relatório de Impactos Normativos e Parecer LCA.  Diante destas razões, a inserção desses considerandos aqui contidos torna-se importantes, para indicar a motivação da adoção da regulação proposta.  No entanto os mesmos carecem de esclarecimento e quantificação. Referem-se a uma teórica observação de turbulências no abastecimento, sem apresentar em nenhum momento fatos, dados e efeitos donosos à sociedade e ao abastecimento em geral.  A generalização pode conduzir a aplicação de soluções custosas para situações que já são contornadas com ferramentas existentes, ou menos custosas à sociedade. |
| **SINDIGÁS** | **ART. 4, § 1°, § 2°, § 3°, § 4°** | ***Art. 4º. No caso de impossibilidade de operação de envasilhamento por uma unidade de um distribuidor de GLP, por quaisquer fatores imprevisíveis e alheios à sua vontade, fica autorizado o envasilhamento dos recipientes transportáveis da sua marca, ou de marca sobre a qual detenha direito de envasilhamento, pelo distribuidor com melhores condições logísticas de atendimento para esta operação, em regime de urgência, sem observância das condições previstas nos parágrafos 1º a 4º do Art. 21 da Resolução ANP n. 15, de 18.05.2005, ou norma que a suceder.***  ***§ 1º A operação de envasilhamento previsto no caput deverá ser informada à ANP, por meio do e-mail estoquesglp@anp.gov.br.***  ***§ 2º A ANP poderá, se constatada a inexistência dos fatores motivadores da autorização excepcional de envasilhamento, determinar a sustação da contratação e condicioná-la ao regime dos parágrafos 1º a 4º do Art. 21 da Resolução ANP n. 15, de 18.05.2005, ou norma que a suceder.***  ***§ 2º A autorização excepcional de operação de envasilhamento a que se refere o caput deste artigo não exime o detentor da marca estampada no corpo do recipiente transportável de responsabilização em caso de sinistro, na forma da lei.***  ***§ 3º A autorização excepcional não isenta os distribuidores da celebração do contrato previsto nos parágrafos 1º a 4º do Art. 21 da Resolução ANP n. 15, de 18.05.2005, ou norma que a suceder, e posterior encaminhamento para conhecimento pela ANP.*** | As decisões administrativas em geral precisam atender aos princípios constitucionais e infraconstitucionais (eficiência, razoabilidade, proporcionalidade, economicidade, dentre outros). Isto é requisito de validade do ato administrativo em geral, e também do ato regulatório. Pode-se aferir o cumprimento de tais benefícios pela verificação da presença de um trinômio: Necessidade, Utilidade e Custo/Benefício favorável.  Da perspectiva da Necessidade, caberá avaliar se o problema que se pretende resolver ou mitigar realmente demanda intervenção. Acerca da Utilidade, por sua vez, faz-se imprescindível verificar se a medida seria capaz de atingir os resultados almejados. Quanto ao custo benefício, este dependerá muito da presença dos requisitos Necessidade e Utilidade (se estes não estiverem presentes não é sequer válido calcular os custos e benefícios da medida), e decorrerá de uma análise dos fatores monetizáveis dos riscos e custos eventuais de inação do estado em cotejo comparativo com os custos decorrentes da ação.  Não há e nunca haverá recursos suficientes para satisfazer todas as necessidades e o querer do ser humano. Estudar e comparar os custos e os benefícios de um projeto ou programa para decidir a conveniência de sua execução. A avaliação econômica consiste num conjunto de técnicas e procedimentos metodológicos destinadas a avaliar o impacto ou cursos alternativos de ação sobre o bem-estar da sociedade. O objetivo das avaliações econômicas é o de ajudar a tomar ações racionais, isto é, decidir de forma coerente, levando em conta determinados objetivos e restrições.  A avaliação econômica se centra na identificação, medição ou valorização dos efeitos que se supõe tenham uma relação direta com o bem-estar da sociedade. A avaliação consiste em determinar-se os efeitos derivados de se seguir uma das várias opções possíveis em uma situação que envolva escolha e compará-los em termos de sua eficiência social, isto é, de maximização do bem-estar-social. As avaliações econômicas se centram na determinação da eficiência. A eficiência consiste precisamente na relação entre os benefícios obtidos em termos de recursos necessários para mantê-la ou melhorá-la.  **Para dar suporte a tomada de decisões governamentais, o método de análise custo-benefício é o que cumpre melhor as exigências, embora se utilize de técnicas de avaliação de projetos privados para atribuir valor social a todos os efeitos de um determinado projeto.** Também, devem ser considerados métodos que levem em conta o efeitos externos do projeto. Os efeitos externos, ou melhor, não-intencionais produzidos por um projeto são chamados de externalidades.  A análise de custo benefício é um conjunto de técnicas que visam gerar informações sobre a relevância social de projetos públicos. Ela se constitui num instrumento importante para balizar a tomada de decisão de entes públicos com função regulatória.  **Uma decisão regulatória deveria ser tomada se seus benefícios totais excederem seus custos totais, ou se a razão benefício-custo exceder a unidade. A Análise Custo Benefício é em geral de difícil realização porque requer que custos e benefícios sejam mensurados (ou convertidos) em termos monetários. Entretanto, no caso presente, os parâmetros para esta mensuração já se encontram estabelecidos pela metodologia utilizada pelo "Estudo PUC-Rio".**  A despeito disso, para a avaliação de Custo/Benefício da proposta de regulação ora em análise, além de verificação das premissas acima expostas (Necessidade e Utilidade) da medida, bem como da monetização de potenciais custos e benefícios da mesma, é importante também a compreensão dos diferentes tipos de estoque existentes (conforme os conceitos técnicos adequados). Não tem lógica adotar-se critérios de cálculo de um tipo de estoque para se calcular outro tipo.  Não obstante, os mecanismos de cálculo dos custos dos estoques que excedam o uso operacional normal (que é o caso tanto de Estoques de Segurança quanto de Estoques Estratégicos). Portanto, para efeito de cálculo da razão Custo/Benefício da medida, as premissas e conclusões adotadas pelo "Estudo PUC-Rio" são absolutamente válidas.  Segundo a Nota Técnica SAB n. 201/14 , "recomenda-se que o distribuidor aumente sua capacidade de armazenagem, para se tornar independente de cessão de espaço no produtor. Para tal, deveria ser concedido ao distribuidor prazo de três anos para a ampliação de sua capacidade de armazenagem, período no qual seria permitido que o distribuidor comprovasse parte de seus estoques em instalações do produtor, inclusive em navios-cisterna." (grifou-se)  Em primeiro lugar, é preciso considerar que o prazo de três anos muito provavelmente não atenderá à necessidade real para construção da infraestrutura projetada pela ANP. Há fatores diversos que podem atrasar a execução desses investimentos, tais como as autorizações e licenças de outros entes públicos (municipais, estaduais e federais), fatores imponderáveis, tais como questões climáticas e etc.  De outro lado, os dados produzidos pela Empresa de Pesquisa Energética conduzem à conclusão de que, em um prazo de aproximadamente 4 anos o Brasil irá ter uma produção excedente de GLP. Como visto, o perfil de crescimento da demanda residencial do GLP (que responde por praticamente 80% do consumo), se alinha com a curva do crescimento vegetativo do país. Desta forma, no momento em que a produção exceder à demanda, o país provavelmente terá que 1. incentivar os outros usos (não residencial) do GLP; e, 2. ao mesmo tempo tornar-se exportador do produto.  Portanto, mesmo considerando que toda a infraestrutura necessária para dar cumprimento à exigência normativa pudesse ser concluída nos três anos que prevê a citada Nota Técnica, torna-se necessário avaliar com absoluto cuidado a racionalidade (necessidade e custo/benefício) de se fazer esse investimento se, em um prazo que praticamente coincide com os três anos estimados para construção da infraestrutura, o país se tornará superavitário na produção do GLP. Não faz sentido algum aumentar a estocagem operacional de um energético, que, na realidade, precisará ter escoada sua produção.  Mesmo havendo competência por parte da ANP para definir parâmetros regulatórios sobre o tema, o que não se discute, o requisito Necessidade dessa medida não se encontra presente. Diante de todos os fatos e dados aqui apresentados, não se verifica que os riscos incidentes sobre os fluxos logísticos com potencial de gerar interrupções no abastecimento de GLP apresentem projeção de crescimento. Ao contrário disto, o que se verifica pelas informações trazidas nos estudos da EPE indicam que o Brasil irá se tornar superavitário na produção do GLP.  Salvo melhor juízo, a decisão no sentido de que o país deve tornar-se um armazenador de GLP (que é uma decisão de Estado), deverá obedecer a outros critérios, inclusive porque este tipo de estoque é custeado pelo Estado (vide SINEC).  "*Em consequência disso, ao longo de 2002, a Pontificia Universidade Católica PUC-Rio, por encomenda da ANP, desenvolveu o "Estudo sobre Estoques Estratégicos de Combustíveis", que teve por base a relação entre o custo, para o país, do estoque estratégico e a perda econômica associada à falta de um dado combustível, considerando cenários de contingências que afetem de forma grave a oferta interna ou externa desses produtos.*  *O estudo trouxe dois fatos importantes a serem considerados na formação de estoques de petróleo. O primeiro é de que os eventos externos (acidentes, guerras e embargos dos países produtores de petróleo e derivados) não trouxeram risco de desabastecimento no período de estudo, de 50 (cinquenta) anos, mas apenas oscilações no preço.*  *O segundo foi de que à época, o País apresentava elevação significativa de sua produção, com projeção de autossuficiência (produção de volume de petróleo maior que o seu equivalente em derivados) iminente, a qual foi confirmada em 2009. Postulou-se que países autossuficientes fazem estoques somente para controlar o mercado internacional, não sendo este o objetivo.*  *Com base nos resultados do mencionado estudo, apresentados em outubro daquele ano, o CT-04 decidiu por acatar a recomendação do Relatório Final da PUC-Rio e recomendar ao CNPE que não fossem constituídos estoques de combustíveis.*  *Neste estudo, os eventos caóticos foram divididos em dois grupos: de natureza interna e externa. No quadro 01 a seguir podem ser visualizados alguns exemplos."[[1]](#footnote-1)*  Não se tem, por outro lado, demonstração alguma de que a adoção dessa medida (aumento de estoques pelos distribuidores) de forma isolada ou mesmo em conjunto com o Produtor, terá o condão de mitigar os apontados riscos atuantes sobre os fluxos logísticos. Não há nenhuma demonstração no material posto sob consulta pública pelo ente regulador, de que o fator de risco referido como ausência de excesso de estoque pelas distribuidoras de GLP, tenham ocasionado ou mesmo contribuído para ocasionar restrições ou a interrupção no abastecimento do combustível.  Com efeito, houve falta de combustíveis líquidos na capital do Amapá (Macapá) em outubro do ano de 2012. Todavia, esse evento decorreu de conjunturas peculiares: *"A falta de caminhões para transportar os combustíveis e de estruturas de armazenagem no Amapá provocaram a crise de abastecimento dos produtos no Estado. A capacidade de estoque de gasolina no Amapá é de apenas 4 milhões de litros. Para dar conta do crescimento do consumo, a capacidade de armazenamento do produto teria que ser cinco vezes maior, de acordo com revendedores da região."* [[2]](#footnote-2)  Todavia, segundo as informações contidas no PDE 2022 o país terá excedente de produção a partir de 2018, período de transição no qual deve-se ter a máxima prudência no investimento em capacidade de armazenamento, devido a abruptas mudanças de modais e possibilidade de transformações de polos deficitários em superavitários. Além disto, há expansão do parque de refino nacional. Quanto mais não fosse, a análise do histórico passado demonstra que não aconteceu falta de GLP em nenhuma parte do país.  O mercado consumidor de GLP, recentemente, passou por algumas dificuldades operacionais (problemas de suprimento no mês de outubro do ano de 2013, por exemplo) e de catástrofes naturais (cheia excessiva em rios de alguns estados da Região Norte entre fevereiro e março de 2014, por exemplo). Mesmo assim, não ocorreu falta do produto no consumidor final. As ações de mitigação que impediram a falta de GLP não tiveram nenhuma relação com os Estoques de Segurança/Operacionais.  Os problemas de suprimento, ocorridos em 2013, foram mitigados por um conjunto de fatores, principalmente a sinergia do trabalho envolvendo ANP, PETROBRAS e distribuidoras de GLP, para direcionar os esforços para os mercados onde havia maior escassez de suprimento. Além disto, o que garantiu o abastecimento foi a imensa malha logística que tem o mercado de GLP, ou seja, o grande "duto virtual". As empresas distribuidoras transportaram recipientes envasados de onde existia suprimento para onde não havia, abastecendo os mercados e impedindo que faltasse GLP aos consumidores finais.  No caso das cheias na Região Norte, o que se deu foi mais uma vez uma ação integrada da ANP com as distribuidoras de GLP. Como algumas bases de engarrafamento de uma das empresas situadas na Região Norte estavam sob as águas da enchente, portanto inoperantes (mesmo disponde de estoque de produto dentro dos tanques), a ANP viu-se em enormes dificuldades para autorizar regimes excepcionais pela inexistência de previsão normativa o envasilhamento de recipientes transportáveis de marca dessa empresa por outra empresa distribuidora de GLP local, cuja base de engarrafamento encontrava-se em condições de operar, grande parte destas operações deram-se, com produto proveniente do Sudeste (Paulinea), envasado no Centro-oeste (Cuiabá) para suprir Rondônia.[[3]](#footnote-3)  Adicione-se a tudo isto que o perfil de consumo do GLP é diferente do consumo dos combustíveis líquidos. A freqüência de enchimento do tanque de um automóvel é variável, mas dificilmente ultrapassa 7 dias. Já no caso do GLP, a freqüência média de ressuprimento do consumidor final é de 60 dias, conforme considera a ANP.  Nos dois casos um fator de fundamental importância foi a comunicação entre os agentes de mercado (distribuidoras de GLP, PETROBRAS e ANP). Quando aconteceram problemas operacionais de suprimento em outubro de 2013, a ANP foi desde logo informada e, por isto, foi capaz de mobilizar todos os agentes para que fossem identificados os gargalos e as soluções possíveis.  Em fevereiro de 2014, quando deu-se uma das maiores enchentes da história em alguns estados do Norte, foi de suma importância também a comunicação entre as distribuidoras locais, o Sindigás e a ANP, tanto na Sede como em seus escritórios Regionais. As distribuidoras locais reportaram os problemas antes mesmo de atingirem níveis críticos, solicitando medidas urgentes no sentido de permissão de envasilhamento por outras empresas, mesmo que não existissem contratos assinados e homologados, nos moldes da regulação. A Superintendência de Abastecimento da ANP, em uma medida de suma importância, autorizou este envasilhamento em caráter excepcional.  Extrai-se dessas duas experiências recentes acima referidas algumas coordenadas que, na opinião do Sindigás, devem servir para direcionar a possível ação regulatória da ANP. Em ambos os casos foram importantes medidas tomadas pelo mercado e, ao mesmo tempo, iniciativas levadas a cabo pela própria agência reguladora, mesmo carecendo de marco regulatório adequado.  Nesta linha de proposição é que caminha esta manifestação do SINDIGÁS. |
| **SINDIGÁS** | **ART. 7°, PARÁGRAFO ÚNICO** | ***Art. 7 º. Os distribuidores de GLP deverão enviar à ANP, mensalmente com acompanhamento diário e semanal, conforme anexo xx, informações sobre os estoques de abertura mantidos na(s) localidade(s) de operação de distribuição, considerando-se tão somente o produto em tanques de armazenamento.***  ***Parágrafo único. Os distribuidores ficam obrigados a informar com a máxima antecedência à ANP, por meio do e-mail estoquesglp@anp.gov.br, sobre qualquer potencial aumento de incidência dos fatores de risco que possam impactar os fluxos logísticos.*** | Como já dito, os problemas de suprimento, ocorridos em 2013, foram mitigados por um conjunto de fatores, principalmente a sinergia do trabalho envolvendo ANP, PETROBRAS e distribuidoras de GLP, para direcionar os esforços para os mercados onde havia maior escassez de suprimento. Além disto, o que garantiu o abastecimento foi a imensa malha logística que tem o mercado de GLP, ou seja, o grande "duto virtual". As empresas distribuidoras transportaram recipientes envasados de onde existia suprimento para onde não havia, abastecendo os mercados e impedindo que faltasse GLP aos consumidores finais.  No caso das cheias na Região Norte, o que se deu foi mais uma vez uma ação integrada da ANP com as distribuidoras de GLP. Como bases de engarrafamento de uma das empresas situadas na Região Norte estavam sob as águas da enchente, portanto inoperantes (mesmo disponde de estoque de produto dentro dos tanques), a ANP autorizou em regime de urgência o envasilhamento de recipientes transportáveis de marca dessa empresa por outra empresa distribuidora de GLP local, cuja base de engarrafamento encontrava-se em condições de operar. Além disto, foi autorizada a mesma operação de envasilhamento por outras distribuidoras que, muito embora não operem na região Norte, envasilharam os recipientes em suas bases localizadas na Região Centro-Oeste.[[4]](#footnote-4)  Adicione-se a tudo isto que o perfil de consumo do GLP é diferente do consumo dos combustíveis líquidos. A freqüência de enchimento do tanque de um automóvel é variável, mas dificilmente ultrapassa 7 dias. Já no caso do GLP, a freqüência média de ressuprimento do consumidor final é de 60 dias, conforme considera a ANP.  Extrai-se dessas duas experiências recentes acima referidas algumas coordenadas que, na opinião do Sindigás, devem servir para direcionar a possível ação regulatória da ANP. Em ambos os casos foram importantes medidas tomadas pelo mercado e, ao mesmo tempo, iniciativas levadas a cabo pela própria agência reguladora.  Nos dois casos um fator de fundamental importância foi a comunicação entre os agentes de mercado (distribuidoras de GLP, PETROBRAS e ANP). Quando aconteceram problemas operacionais de suprimento em outubro de 2013, a ANP foi desde logo informada e, por isto, foi capaz de mobilizar todos os agentes para que fossem identificados os gargalos e as soluções possíveis.  Em fevereiro de 2014, quando deu-se uma das maiores enchentes da história em alguns estados do Norte, foi de suma importância também a comunicação entre as distribuidoras locais, o Sindigás e a ANP. As distribuidoras locais reportaram os problemas antes mesmo de atingirem níveis críticos, solicitando medidas urgentes no sentido de permissão de envasilhamento por outras empresas, mesmo que não existissem contratos assinados e homologados, nos moldes da regulação. A Superintendência de Abastecimento da ANP, em uma medida de suma importância, autorizou este envasilhamento em caráter excepcional.  Nesta linha de proposição é que caminha esta manifestação do SINDIGÁS, pois |
| **SINDIGÁS** | **ART. 8** | ***Art. 8º. A ANP coordenará, através da Superintendência de Abastecimento - SAB, reuniões mensais envolvendo distribuidores e produtores de GLP, bem como outros agentes que a SAB entender pertinente, com o objetivo de acompanhar a evolução do abastecimento nacional de GLP.*** | Como já dito, os problemas de suprimento, ocorridos em 2013, foram mitigados por um conjunto de fatores, principalmente a sinergia do trabalho envolvendo ANP, PETROBRAS e distribuidoras de GLP, para direcionar os esforços para os mercados onde havia maior escassez de suprimento. Além disto, o que garantiu o abastecimento foi a imensa malha logística que tem o mercado de GLP, ou seja, o grande "duto virtual". As empresas distribuidoras transportaram recipientes envasados de onde existia suprimento para onde não havia, abastecendo os mercados e impedindo que faltasse GLP aos consumidores finais.  No caso das cheias na Região Norte, o que se deu foi mais uma vez uma ação integrada da ANP com as distribuidoras de GLP. Como bases de engarrafamento de uma das empresas situadas na Região Norte estavam sob as águas da enchente, portanto inoperantes (mesmo disponde de estoque de produto dentro dos tanques), a ANP autorizou em regime de urgência o envasilhamento de recipientes transportáveis de marca dessa empresa por outra empresa distribuidora de GLP local, cuja base de engarrafamento encontrava-se em condições de operar. Além disto, foi autorizada a mesma operação de envasilhamento por outras distribuidoras que, muito embora não operem na região Norte, envasilharam os recipientes em suas bases localizadas na Região Centro-Oeste.[[5]](#footnote-5)  Tais incidentes ligados ao suprimento de GLP, foram superados com uma ação integrada da ANP, Petrobras e as distribuidoras de GLP.  Uma das iniciativas que permitiram a ação coordenada pela ANP foram as reuniões de acompanhamento.  Esta iniciativa foi de grande importância para mitigação das falhas que existiram e vêm sendo realizadas até hoje com regularidade.  Esta proposta objetiva, assim, apenas normatizar algo que já se tornou prática, sistematizando ainda mais o assunto. |

1. *In,* NOTA TÉCNICA N2 53/2012-DCDP/SPG-MME, ofertada ao TCU nos autos do TC 041.275/2012-8 [↑](#footnote-ref-1)
2. Fonte: http://www.valor.com.br/brasil/2872866/mpf-cobra-explicacoes-anp-sobre-falta-de-combustivel-no-amapa [↑](#footnote-ref-2)
3. Em regra o envasilhamento de recipientes transportáveis de marca de que a distribuidora de GLP não é detentora só pode ser feita mediante contrato previamente firmado entre as duas empresas, devidamente homologado pela ANP (art. 21, Resolução ANP n.º 15/05). [↑](#footnote-ref-3)
4. Em regra o envasilhamento de recipientes transportáveis de marca de que a distribuidora de GLP não é detentora só pode ser feita mediante contrato previamente firmado entre as duas empresas, devidamente homologado pela ANP (art. 21, Resolução ANP n.º 15/05). [↑](#footnote-ref-4)
5. Em regra o envasilhamento de recipientes transportáveis de marca de que a distribuidora de GLP não é detentora só pode ser feita mediante contrato previamente firmado entre as duas empresas, devidamente homologado pela ANP (art. 21, Resolução ANP n.º 15/05). [↑](#footnote-ref-5)